

actual 1

Ensino superior: Três anos depois de Bolonha, o balanço mais visível é o encurtamento dos cursos. Mas a alteração das práticas pedagógicas e a adaptação dos 'currícula' para a empregabilidade estão longe de ser a prática corrente das universidades. Professores e dirigentes ouvidos pelo DN dizem que se perdeu a oportunidade de reformar o ensino, por pressão e inércia



Os alunos podem entrar mais rapidamente no mercado de trabalho, ao fim de três anos de licenciatura

UNIVERSIDADES FALHAM PROCESSO DE BOLONHA

de CARLA AGUIAR

A maioria das universidades portuguesas não estão a cumprir os critérios de Bolonha. Os principais problemas são a falta de revisão dos currículos e dos métodos pedagógicos e a existência de cursos pouco virados para o mercado de trabalho. Problemas que os espe-

cialistas atribuem à pressão em aplicar a reforma, sem se ter levado a cabo uma discussão como a que está a ser feita em Espanha. "O Processo de Bolonha foi uma oportunidade perdida para reformar a fundo o ensino superior." É deste modo que, três anos depois do arranque, Gonçalo Xufre, dirigente do Sindicato Nacional do Ensino Superior, classifica

Grupo de peritos avalia instituições

O Grupo Nacional de Peritos de Bolonha acaba de ser nomeado pelo ministro Maria-nó Gago, para fazer a avaliação da aplicação das novas regras. Segundo o DN apurou, aquela equipa deverá produzir um relatório até 7 de julho sobre o modo como as instituições estão a aplicar a nova filosofia que visa, em primeiro lugar, a acreditação e equivalência das qualificações no espaço europeu, no sentido de promover a empregabilidade e a mobilidade da mão-de-obra na União Europeia que é ainda muito reduzida, - na ordem de dois por cento. Mas já não irá a tempo de reunir informação actualizada para o próximo conselho de ministros europeus do Ensino Superior, em finais de Abril, que abordará Bolonha. No último relatório enviado por Portugal à OCDE, 98 por cento dos cursos em 2008/2009 já estavam organizados com os princípios de Bolonha.

o modo como o processo que visa um espaço comum europeu para o ensino superior a partir de 2010 está a ser implementado em Portugal.

"A maioria das instituições faz uma interpretação cosmética daquilo que deve ser a reforma, limitando-se a encurtar a duração das licenciaturas, que agora é de três anos, sem cumprir o espírito de Bolonha", considera em declarações ao DN aquele professor de Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL).

Uma opinião que é, de resto, partilhada por vários professores e gestores de instituições do ensino superior contactados pelo DN. Apona-se, por

exemplo, a ausência de alteração dos métodos pedagógicos, um pressuposto do compromisso europeu. Nos termos de Bolonha, o método de ensino deve ser menos centrado na transmissão dos conhecimentos do professor para os alunos, e mais para a orientação dos alunos a buscar informação e reflectir sobre ela. Alvo de críticas

é também a "irregular" contabilização dos créditos, que devem ter em conta os trabalhos realizados. "Nada disso está a ser respeitado, e os critérios de rigor são muito baixos", acusa um professor da Universidade Autónoma de Lisboa.

O presidente do Instituto Politécnico de Leiria, Luciano de Almeida, reconhece alguns "maus exemplos" no sistema de ensino português, e embora atribua em primeiro lugar a responsabilidade às próprias instituições, observa que, se esses atropelos existem é um resultado de "estarmos há cinco anos sem uma avaliação nacional aos cursos e de continuarmos sem uma avaliação dos docentes".

Por outro lado, o presidente do politécnico de Leiria lamenta que o Governo "tenha avançado para a reforma do ensino superior, sem que antes tenha promovido um debate sobre qual a estratégia a seguir, tal como se fez em Espanha, em que primeiro se debatem a estratégia e só depois de adaptarem os cursos a Bolonha", o que só está a acontecer este ano. A rapidez com que as universidades portuguesas adoptaram Bolonha foi, segundo Gonçalo Xufre, resultado não de preparação, mas da pressão de não ficar para trás em

A Declaração de Bolonha

QUE É?

Um compromisso de criar um sistema de ensino superior com regras de acreditação das qualificações e equivalência na UE. Deve estar a funcionar até 2010

OBJECTIVOS?

Promover a empregabilidade, aumentar a mobilidade da mão-de-obra e tornar a UE num espaço de conhecimento e inovação

O QUE PREVE?

Cursos voltados para o mercado, métodos de ensino centrados no aluno. Curso passa a ter três anos. O segundo ciclo, de dois anos, completa-se com mestrado.

"Há o risco de se pôr em causa a qualidade do diploma"

Que balanço faz da aplicação de Bolonha em Portugal?

Ainda é cedo para um balanço, mas os primeiros indícios apontam para uma maior procura dos alunos dos cursos já reformados por Bolonha, no que diz respeito ao primeiro ciclo. A reestruturação dos currículos dos cursos e a divisão em dois ciclos (licenciatura e mestrado) reduz os custos de uma escolha errada e promove uma mais rápida entrada no mercado de trabalho e uma maior flexibilidade na progressão para estudos pós graduados.

Quais os riscos desta reforma?
Existem naturalmente riscos de uma má aplicação da reforma de Bolonha, que conduzindo apenas a uma versão comprimida de programas mais extensos não permitem tempo suficiente para a assimilação, reflexão e globalmente uma abordagem crítica da aprendizagem. Se tal acontecer estará em causa a qualidade do diploma e a consequente empregabilidade dos seus detentores. A verdadeira avaliação será feita pelo mercado de trabalho e pelos números de mobilidade alcançados. Integra o grupo nacional de peritos. **Que consequências terá a avaliação que vai fazer?**
A avaliação conduzirá certamente a uma melhor definição dos resultados pretendidos no processo de aprendizagem, definindo melhor o que se pretende em termos de competências para a empregabilidade. Importa lembrar que o grupo alvo deste processo são os docentes. ■

relação a outras que se anteciparam.

Em Espanha, que chegou mais tarde ao processo, a orientação vai ao arrepio da tendência europeia. As universidades espanholas adoptaram as licenciaturas de quatro anos, em vez de três. ■

3 perguntas a...

José Carlos Quadrado

Presidente do ISEL e membro do Grupo Nacional de Peritos de Bolonha

